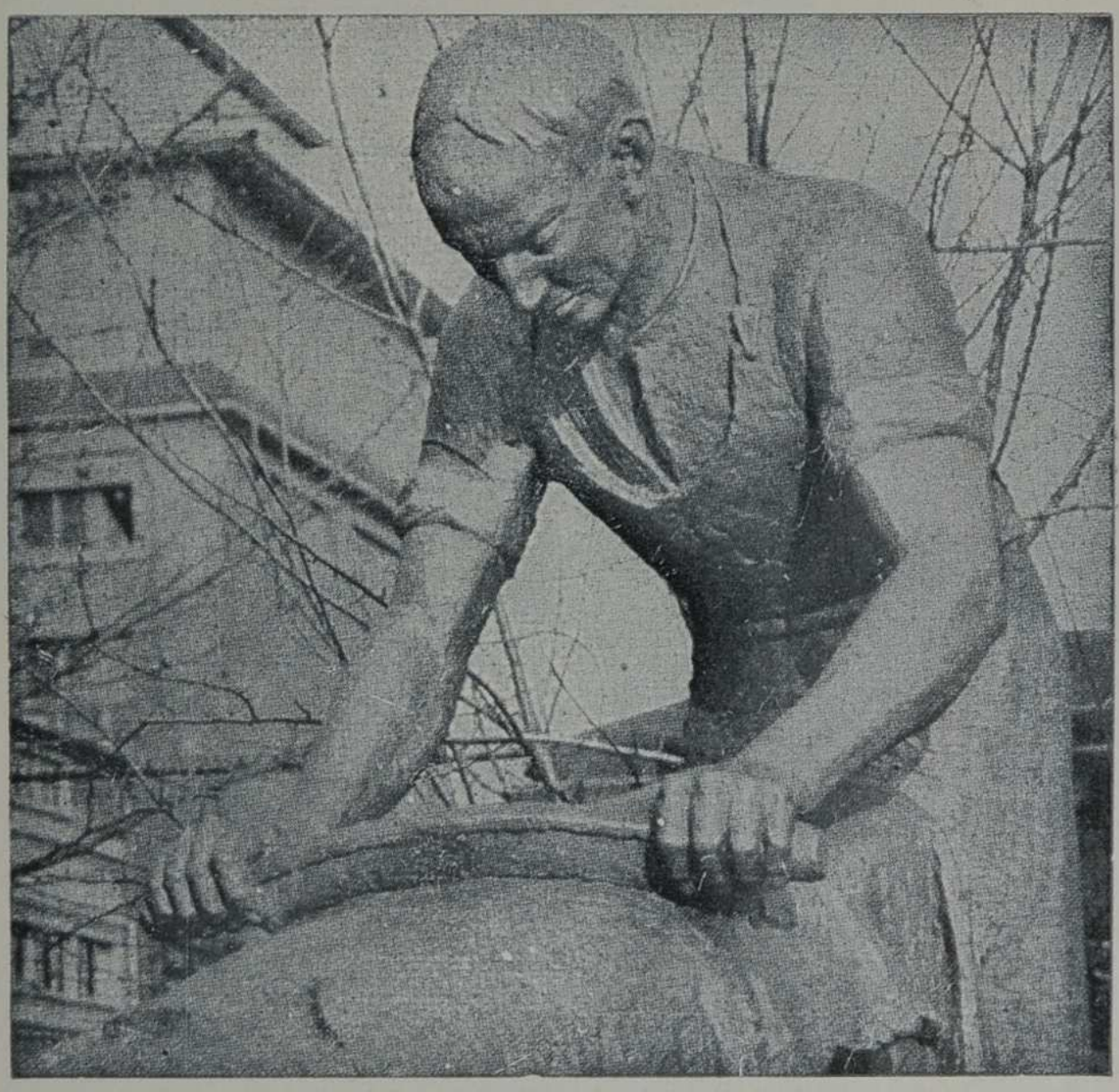
O CURTUME

BOLETIM DO CENTRO DAS INDÚSTRIAS DE CURTUMES DO BRASIL



NESTE NÚMERO

★ ALAIC JÁ ESTÁ EM AÇÃO
★ PERSPECTIVAS DA FUTURA FEIRA DO COURO
★ OUTRAS MATÉRIAS DE ALTO INTERÊSSE PARA A CLASSE CURTIDORA

ANO VII • Rio de Janeiro, Abril de 1963 • NÚM. 71

Taninos sintéticos marca ®TANIGAN

para todos os tipos couro
para todos os processos de curtição

a linha de TANIGAN EXTRA = abrange taninos de substituição
a linha de TANIGAN SUPRA = idem para a curtição branca, resistente à luz
a linha de TANIGAN ESPECIAL = para a recurtição de vaqueta ao cromo
a linha de TANIGAN = para a pré-curtição, alvejamento e combinações com taninos vegetais
a linha de RETINGAN = tanino resinoso para a recurtição de vaqueta ao cromo

Todo o sortimento descrito de „TANIGAN" tem um campo de aplicaçao amplo e individual. Informações mais detalhadas sôbre as propriedades especificas serão fornecidas a pedido

® marca registrada

BAYER

BAYER DO BRASIL INDUSTRIAS QUIMICAS S. A.

Rio de Janeiro

AGENTE DE VENDA: ALIANÇA COMERCIAL DE ANILINAS S. A.

Rio de Janeiro	São Paulo	Pôrto Alegre	Recife
Caixa Postal 650	Caixa Postal 959	Caixa Postal 1.656	Caixa Postal 942

O CURTUME

BOLETIM MENSAL INFORMATIVO

DIRETORIA
DO CENTRO DAS
INDÚSTRIAS DE
CURTUMES DO
BRASIL

Presidente:
PEDRO LOSI

Vice-presidente:
PAULO ROTSEN DE
MELLO

1.º Secretário:
LOURENÇO PODBOI

2.º Secretário:
ÂNGELO FIGUEIREDO

1.º Tesoureiro:
ROBERTO CANTÚSIO

2.º Tesoureiro:
JÚLIO NARDON

Conselho Administrativo:

FERNANDO DA CUNHA
ANDRADE
JOAQUIM AUGUSTO
MEDEIROS
JOSÉ BONIFÁCIO DA
SILVEIRA
LOTÁRIO KERN
LUIZ FÉLIX CARDAMONE
LUIZ PODBOI
MÁRIO RESENDE
RIBEIRO
MÁRIO RUBENS COSTA
RALF OTTE
RÉGIS SOULAS
ROBERTO ZIETMANN

Conselho Fiscal:
(Efetivos)

FREDERICO BUSATO
JUSTINIANO GRANJO

(Suplentes)
JOÃO MOTA
JOSÉ CAPELO
RODRIGUES

*

Redator Principal:
MAURÍCIO DEJANIR
HERNANDORENA

*

Sede

RUA MÉXICO, 111
Grupo 1.701
End. Telegr.
CURTIDORES
Telefone 42-6374
RIO DE JANEIRO

Brasil

*

Impresso em:

EDIT. REGIONAL LTDA.
Rua Gen. Caldwell, 283-A
Tel: 32-1811

Marcha

Batida

Dois assuntos predominam nas páginas dêste número: a realização das feiras do couro e a nossa Associação Latino-Americana de Curtidores — ALAIC.

Como vimos assinalando, as Feiras significam muito para os rumos da política do couro, no âmbito interno. À luz das falhas observadas no primeiro certame, que nem por isso deixou de provar o valor da sua objetividade, estamos, desde já, abrindo caminho mais largo para o segundo, programado para o mesmo mês de março, em 1964. Então, procurar-se-á revestir a feira do seu conteúdo comercial definido, galvanizando as bases econômicas que a inspiram.

E sôbre a ALAIC? É-nos grata a notícia vinda de Buenos Aires: a nossa Associação Latino-Americana já se acha em atividades. Organiza-se, elabora os seus primeiros trabalhos práticos — e promove o primeiro encontro de cúpula no Rio de Janeiro, para apressar a tomada de posição face ao futuro próximo.

Enfim, as páginas seguintes de O CURTUME oferecem palavras de mais expressão. Agradar-nos-ia a sua acolhida.

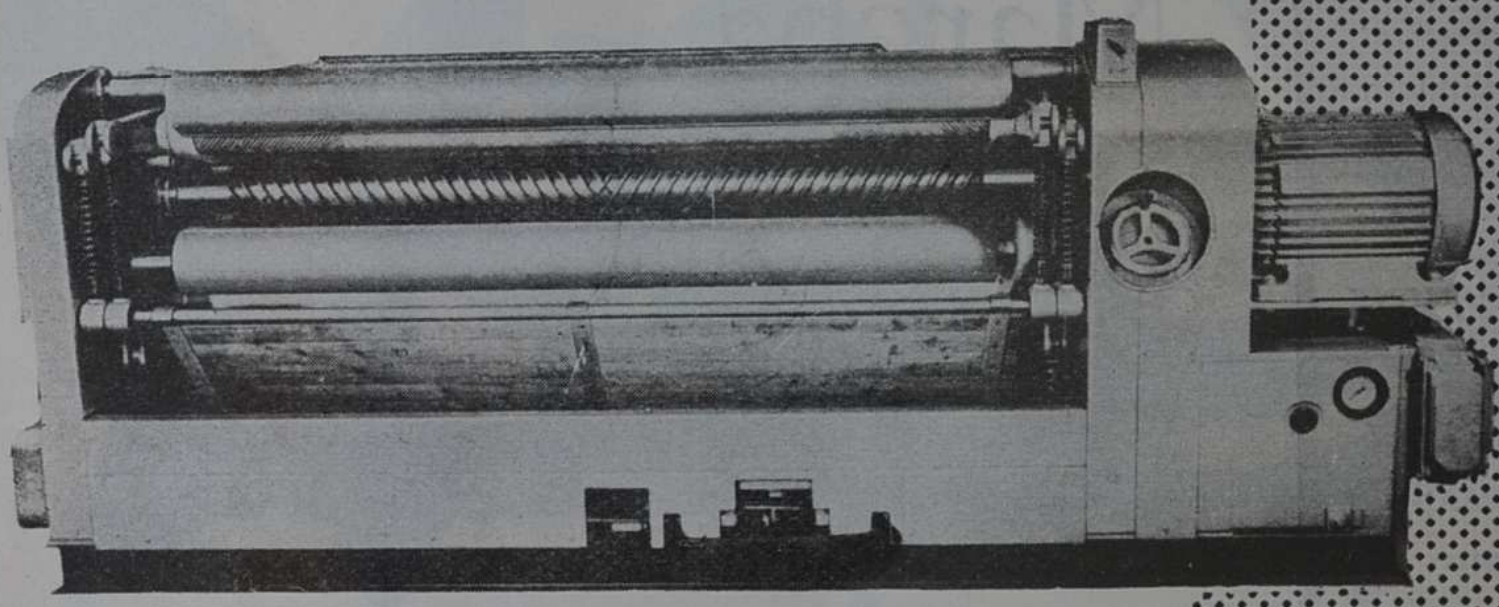
MÁQUINA DESCARNADORA
HIDRÁULICA DE COURO
L 2100
N.º 07520/P 1

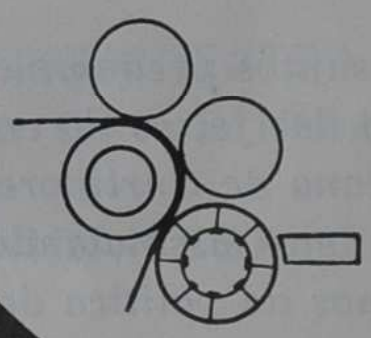
Svit

CONSTRUÇÃO SIMPLES E RACIONAL

VELOCIDADE DE ALIMENTAÇÃO REGULÁVEL

GRANDE CAPACIDADE





KOVO

FORNECEDOR :

PRAGA — POB 7966

TCHECOSLOVÁQUIA

Representante no Brasil com exceção do Rio Grande do Sul e Santa Catarina: V. VANA, Rua 24 de Maio, 35, S. Paulo.
End. Tel. "VLADVANA".
Representante no Rio Grande do Sul e Santa Catarina:
COMERCIAL TRILHO OTERO S.A.
Rua Voluntários da Pátria, N.º 572, Pôrto Alegre R.G.S.
Telegramas: "TRILHOTERO"

Eng. Francisco Grünwald

ALAIC JÁ ESTÁ EM AÇÃO

Fundada em fins de março último, por ocasião da I Feira Nacional de Artefatos de Couro, a Associação Latino-Americana da Indústria de Curtumes (ALAIC) já se acha em plena ação e o seu Conselho Executivo deverá reunir-se no fim do mês próximo, no Rio de Janeiro.

Para o encontro o CICB enviará circular a todos os associados, convidando-os a participar dos trabalhos do Conselho e conhecer, de perto, os planos da nóvel entidade, que visa colocar a indústria de curtumes num ponto de destaque no mercado latino-americano de livre comércio.

Cabe observar que é chegada a hora de uma preparação objetiva para as futuras operações naquele mercado, pois atinge um estágio de realidade a integração econômica da América Latina, cujos esforços agora mesmo foram aumentados com a visita e os resultados dessa visita do Presidente da República ao Chile e ao Uruguai.

A integração econômica é uma exigência comum, que sobrepuja qualquer interêsse particular de emprêsas ou grupos dêste ou daquele país.

Ganha Forma e Movimento

Em carta ao Vice-Presidente do Conselho, Sr. Mário Rubens Costa, o Presidente, Sr. Francisco Grünwald, da Argentina, informa das providências que tomou imediatamente, para organi-

zar e conferir recursos para movimentar-se a ALAIC. Noticia o Sr. Grünwald que já se acha em atividades a Secretaria Executiva, constituída dos Srs. Fernando Diaz, em caráter de secretário administrativo; Ricardo Pinero, para assuntos técnicos; José F. Bech, encarregado das finanças; e Eugênio J. Koppany, para contatos internacionais. O escritório em breve disporá de um elemento para o expediente normal, em Buenos Aires.

O Presidente tomou, igualmente, medidas para a edição de um boletim informativo, bilingue, para cumprir a missão de levar a todos os curtidores latino-americanos as demarches da entidade e tudo aquilo que interesse à classe.

CURTUME DESTACA-SE EM 1.º DE MAIO

A Família curtidora de Campinas, S. Paulo, êste ano, preparou-se para ter participação destacada nos festejos do Dia do Trabalho. Numa iniciativa digna de ser reproduzida pelos colegas de todo o País, dado o seu sentido de consolidação de empregadores e empregados, o Sindicato da classe e o Curtume Cantúsio S. A. organizaram um programa e convite extensivo a tôda família operária da cidade.

Do programa constaram missa explicada, com o coral da Igreja de S. José, incluindo comunhão; café e lanche e, nessa oportunidade, a realização de um "show", promovido por elementos dos curtumes e da Paróquia de S. José.

Para divulgar a ALAIC e os seus objetivos, a imprensa argentina foi procurada e tem emprestado grande colaboração, mediante noticiário constante.

Recursos

O Sr. Francisco Grünwald comunicou inclusive que a Câmara Gremial de Curtidores, de Buenos Aires, concedeu uma ajuda de US$ 1.000 à ALAIC, o que deverá ser seguido pelas demais entidades representativas de cada país signatário do acôrdo pelo qual se criou a ALAIC, inclusive o Brasil, isto é, o CICB.

Contatos

A equipe do Presidente tem mantido estreito contato com o CITEC, ou seja, o Laboratório de Investigação e Plânta Experimental de Curtumes, na cidade de La Plata, província de Buenos Aires, bem como o Instituto Nacional de Racionalização de Materiais (IRAM). Tais contatos são feitos no sentido de favorecer a colaboração técnica aos associados da ALAIC, destinada a garantir a melhoria dos padrões de produção.

Estatísticas

O Presidente Grünwald se empenha, ainda, na concatenação de dados estatísticos precisos, para compor um quadro real da situação das emprêsas curtidoras e dos recursos de que dispõem em todos os países latino-americanos. Essa iniciativa — esclarece-se — deverá corrigir as falhas verificadas nos trabalhos apresentados à I Convenção Latino-Americana de Curtidores, realizada em outubro de 1962 no México.

A estatística representará, pois, decisivo concurso para o desenvolvimento das reivindicações da classe, sob o mais rigoroso espírito de benefício comum.

TOTAL SEGURANÇA
CONTRA O PODER CORROSIVO

Os frascos para reagentes em vidro "Pyrex" 7740 oferecem inigualáveis condições de segurança: sua elevada estabilidade química reduz ao mínimo a contaminação dos conteúdos; sua superior resistência térmica e mecânica garante maior eficiência e durabilidade; os gargalos e as rôlhas, esmerilhados por técnica especial, propiciam vedação absoluta e permanente; rigorosos contrôles de qualidade, exercidos em tôdas as fases de fabricação, asseguram pesos, capacidades, espessuras, alturas e diâmetros sempre perfeitamente uniformes. Fabricados no Brasil com exclusividade pela Cia. Vidraria Santa Marina, os frascos para reagentes em vidro "Pyrex" são identificados por tradicional marca circular, gravada em tôdas as peças.

em **PYREX®**

...a qualidade transparece!

Pyrex é marca de indústria e comércio, registrada e de uso exclusivo da Corning Glass Works, U.S.A., e de sua associada no Brasil, a Cia. Vidraria Santa Marina.

VIDRO MARCA PYREX INDUSTRIAL SM MARCA REG.

CIA. VIDRARIA SANTA MARINA
C. Postal 2931 — São Paulo
Revendedores em todo o país

publitec 87-62

Três Atas Marcaram Início de Atividades

Divulgamos hoje as três primeiras atas da Associação Latino-Americana da Indústria de Curtumes, em Buenos Aires, ou seja, o relato histórico dos trabalhos das reuniões que assinalam o início das atividades da entidade criada em março último, em São Paulo.

Trata-se de peças de alta significação histórica e definidoras dos passos que se estão dando em favor da consolidação da classe, na América Latina, numa preparação objetiva para integrar o futuro livre comércio no Continente. Conservamos a redação original, em espanhol, pois é idioma de fácil compreensão por todos nós e reflete a autenticidade dos documentos.

A C T A n.º 1

En Buenos Aires, a los 5 dias del mes de abril de 1963, se reúnem em la sede de la Cámara Gremial de Curtidores, Belgrano 3978 — asiento de la ALAIC en la República Argentina — su Presidente, Sr. Ing. Francisco Grünwald, y a invitación suya los Sres. Pedro Ventura, Presidente de la citada Cámara, y su Gerente General, Sr. Fernando Díaz. — En dicha reunión se decidió sobre los primeiros trabajos que incumben a la tarea de la Presidencia de la ALAIC, resolviéndose lo siguinte:

1.º) Someter a la próxima reunión de la comisión directiva de

ALAIC

la Cámara Gremial de Curtidores de la Argentina, la ratificación del acuerdo de São Paulo (Brasil).

2.º) Cursar notas a las cuatro entidades de nuestro ramo, de distintos países latinoamericanos, que no estuvieron representadas em Sao Paulo, informándolas de lo allí resuelto y solicitando su adhesión al pacto, así como también el respectivo nombramiento de su delegado para la integración de la Comisión Ejecutiva.

3.º) Proponer a todas las entidades adheridas y a adherirse al ALAIC, la realización de una reunión del Comité Ejecutivo, en São Paulo o Río de Janeiro, a fines del mes de mayo, para discutir el programa de trabajo del período 1963/1964.

4.º) Dada la premura que existe, de contar con fondos necesários para el trabajo de la ALAIC, solicitar a la Cámara Gremial de Curtidores de la Argentina un aporte provisorio, único, hasta que no se decida la forma en que los miembros de la ALAIC contribuirán en forma periódica y automática a solventar las finanzas de la Asociación.

5.º) Comunicar a los países adheridos, y a adherirse, la suma que asignará la Cámara Gremial de Curtidores de la Argentina, instándolos a que se suscriban a su vez con montos establecidos por decisión voluntaria de cada uno de ellos.

6.º) Conforme el anteproyecto de estatutos aprobados en São Paulo (Brasil), se decidió invitar a varias personas para que integren el Secretariado Ejecutivo, que funcionará en Buenos Aires durante el período 1963/64, de acuerdo a la nómina y cargos siguientes: Gerente Administrativo del Secretariado — Sr. Fernando Díaz; Secretario de Asuntos Técnicos — Sr. Ricardo Pinero; Secretario para Contactos Internacionales — Sr. Eugenio J. Koppany; Tesorero — Sr. José F. Bech. Se decidió, asimismo, contratar los servicios de un empleado o empleada taquidactilógrafa, para el período de actuación del secretariado.

7.º) Se resolvieron distintos trabajos vinculados principalmente con la edición de un boletín, y de cartas y trámites para tomar con-

ALAIC

tacto con distintas instancias nacionales interesadas en la promoción de la ALAIC, y finalmente para llevar a cabo una campana mínima de relaciones públicas, para hacer conocer al público y a la industria cueril en general, los propósitos de la organización.

ACTA N.º 2

En Buenos Aires, a los 9 días del mes de abril de 1963, se reúnen en la Cámara Gremial de Curtidores, Belgrano 3978 — asiento de la ALAIC en la República Argentina — los integrantes del Secretariado Ejecutivo Sres. Fernando Díaz, Eugenio J. Koppany, José F. Bech y del Ing. Francisco Grünwald en su carácter de presidente de la ALAIC, y la invitación especial del Sr. Pedro Ventura, presidente de la Cámara Gremial de Curtidores, para tratar distintos asuntos atinentes a la marcha de la nueva organización.

1.º) El Ing. Grünwald presentó a la consideración del secretariado un proyecto de presupuesto para el ejercicio 1963/64, que asciende a la sumo de m$n 740.000 — m/n. — Expresó, asimismo, su deseo de dirigirse directamente a los asociados de la ALAIC, solicitándoles una contribución voluntaria, hasta que no se resuelva en forma definitiva la forma y monto en que se harán los aportes regulares de los mismos. — Por otra parte, expuso su intención de solicitar a la Comisión Directiva de la Cámara Gremial de Curtidores de la Argentina, una contribución equivalente a US$ 1.000.

2.º) En lo que se refiere a "Relaciones Públicas", se resuelve organizar una conferencia de prensa, a la que se invitirá también al Vicepresidente de la ALAIC, Sr. Mario Rubens Costa. — También se enviarán distintas notificaciones a los diarios de la Capital Federal e interior del país, informándoles sobre la constitución de nuestra entidad. — Se resuelve asimismo recomendar a todas las asociaciones adheridas proceda a informar a sus respectivas cancillerías la existencia de la ALAIC. — En lo que al trabajo básico de la ALAIC se refiere, o sea el fomento del intercambio, se encarga al Sr. Ricardo Pinero hacer una recopilación de todos los datos que afectan las

importaciones de cueros curtidos y sus confecciones a la Argentina, de acuerdo a la clasificación de Bruselas, así como también elaborar un plan para el acuerdo de complementación que se presentaría en la primera reunión de ejecutivos en São Paulo o Río de Janeiro.

3.º) Se resuelve asimismo que el Ing. Francisco Grünwald se traslade durante la próxima semana a La Plata (Pcia. de Buenos Aires), para tomar contacto con las autoridades del C.I.T.E.C., para elaborar un plan conforme a los enunciados de la constitución de la ALAIC.

Sin más asuntos que tratar, y aprobadas por unanimidad todas las cuestiones consideradas, se cierra la sesión.

ACTA N.º 3

En Buenos Aires, a los 10 días del mes de abril de 1963, se reúnen en la sede de la Cámara Gremial de Curtidores, Belgrano 3978 — asiento de la ALAIC en la República Argentina — su presidente, Ing. Francisco Grünwald y el Secretario para Contactos Internacionales, Sr. Eugenio J. Koppany, informando el Ing. Grünwald lo seguinte:

1.º) Que habiendo asistido a la reunión de Comisión Directiva de la Cámara Gremial de Curtidores de la Argentina, realizada el 9 de abril de 1963, está en condiciones de informar que en la misma ha sido ratificado el acuerdo de S. Paulo (Brasil), y que la ALAIC ha de recibir próximamente la correspondiente nota confirmatoria de tal decisión.

2.º) Que ha sido aceptada la sugerencia suya sobre el aporte inicial voluntario de los asociados, suscribiendo en consecuencia la Cámara Gremial de Curtidores de la Argentina la lista respectiva, con una contribución de SU$ 1.000 — (UN MIL DOLARES).

3.º) Se resolvió cursar la noticia a todos los asociados de la ALAIC, sobre la decisión adoptada por la citada Cámara, solicitando su contribución voluntaria, en un monto cuya fijación se deja a criterio de las distintas asociaciones adheridas.

Aprobados por unanimidad todos los puntos considerados en esta reunión, y sin más asuntos que tratar, se levanta la sesión.

Situação Econômico-Financeira

Força Rigidez de Normas

Em reuniões levadas a efeito em São Paulo, em abril, o Centro das Indústrias de Curtumes do Brasil tratou de numerosos problemas atuais.

Ao proceder-se à análise da situação econômica e financeira do País e seus reflexos na comercialização do couro e do calçado, o Sr. Paulo Rotsen de Melo pôs em foco os têrmos de uma circular do Sindicato da Indústria de Calçados de Franca (de que damos notícia em outro local), sôbre decisão de curtumes que estipularam redução de prazos de venda. Após tecer considerações a respeito, sugeriu que o CICB oficiasse não apenas àquele Sindicato, como também ao da Indústria de Calçados no Estado de São Paulo, o qual, a propósito, já se dirigira à nossa entidade. A proposição do Sr. Rotsen de Melo foi aprovada e o CICB já remeteu o necessário expediente àqueles órgãos.

Por sua vez, o Sr. Mário Rubens Costa discorreu sôbre a instabilidade da situação econômico-financeira do País e sugeriu que o CICB, por circular, esclareça aos associados a respeito dos reflexos iminentes na área das suas emprêsas. É de opinião que as indústrias sofrerão desastrosas conseqüências caso não observem com rigidez certas normas de negócios ditadas mais por fôrça das circunstâncias do que pela sua vontade. Todos — acrescentou — devem preocupar-se em estabelecer um equilíbrio econômico paralelo às transações, limitando a produção de acôrdo com o movimento das vendas.

II Feira Nacional do Couro

Outro item da agenda referiu-se aos objetivos comerciais a serem atingidos pela II Feira Nacional de Artefatos de Couro, prevista para março de 1964.

Das trocas de comentários, sobressaiu a proposta do Sr. Roberto Zietmann para se constituir uma comissão de representantes do CICB para entendimentos com a Alcântara Machado Comércio e Empreendimentos Ltda., incumbida da realização do certame. A comissão foi composta dos Srs. Vladislav Vukojicic, Lourenço Podboi, Regis Soulas e Roberto Zietmann.

QUALIDADE Geigy NO BENEFICIAMENTO DO COURO

COURO BRANCO
IRGATAN F pó
e
IRGATAN LV pó

COUROS MACIOS TIPO
"SOFTY": TANESCO

PRODUTOS AUXILIARES PARA
A INDÚSTRIA DE COUROS:
IRAGOL NS - Emulgador
não iônico
SELLASOL TD - Igualizante
TINOVETINE NR - Umectante
BELLOID TD - Estabilizador
para pigmentos

ANILINAS:
SELLA SÓLIDO
SELLA ÁCIDO
SELLA BRILHANTE
IRGALAN

RECURTIÇÃO E PASTING:
IRGATAN AG1
IRGATAN AS

COURO CRISPADO:
IRGATAN LV pó

Rio de Janeiro:
Av. Alm. Barroso, 91
Caixa Postal 1329
Telefone: 32-8126

São Paulo:
Av. Brigadeiro Luiz Antônio, 917
Caixa Postal 2544
Telefone: 37-2116

Pôrto Alegre:
Av. Paraná, 2578
Caixa Postal 431
Telefone: 2-2268

Belo Horizonte:
Rua Tupinambás, 19
Caixa Postal 1198
Telefone: 2-7770

Recife:
Rua Alvares Cabral, 100
Caixa Postal 420
Telefone: 9677

e mais Representações nas principais praças do país

GEIGY DO BRASIL S.A. PRODUTOS QUÍMICOS

Record 44.003

Curtumes e Fabricantes de Calçados Diante do Problema da Redução de Prazos de Venda

O Sr. Sebastião Borbulhan, presidente do Sindicato da Indústria de Calçados no Estado de São Paulo, dirigiu ao Centro das Indústrias de Curtumes do Brasil ofício em que assinala: — "Oriundo de deliberação unânimemente aprovada, por ocasião da I Convenção de Presidentes de Sindicatos das Indústrias de Calçados do Brasil, é o presente ato de virmos à presença de V. S. a fim de trazer ao conhecimento dessa R. Entidade que vários curtumes, sem nenhuma explicação — prévia ou posterior — reduziram sensìvelmente os prazos de vencimentos nas transações de venda dessa fundamental matéria-prima para as indústrias de calçados, causando, por óbvios motivos, uma série de transtornos de ordem econômica e financeira. Confiantes na alta capacidade de discernimento de V. S., aguardamos as medidas cabíveis e competentes dessa entidade no sentido de que voltem ao "statu quo" anterior os prazos de vencimentos das aludidas transações".

Resposta do CICB

Em resposta, o CICB assim se exprimiu ao Sindicato da Indústria de Calçados no Estado de São Paulo:

"Acusamos recebido o atencioso expediente, datado de 17 de março passado, dessa presidência, e em resposta cumpre-nos informar a êsse Sindicato o seguinte:

O Centro das Indústrias de Curtumes do Brasil, em sua reunião de Diretoria realizada no dia 19 do corrente, deliberou, em resposta, ao vosso expediente, dar ao ilustre Presidente e aos dignos associados dêsse Sindicato e a todos os industriais de calçados do País os seguintes esclarecimentos:

1.º — O CICB não pode, por sua constituição de entidade de classe, tomar medidas junto aos seus associados nò sentido de fixar preços, prazos ou condições de vendas, assuntos que devem atender aos interêsses de cada emprêsa e às normas gerais dos negócios, e, especialmente, ao cumprimento das obrigações comerciais assumidas pelos interessados;

2.º — O CICB vê com a melhor boa vontade a pretensão dêsse Sindicato no sentido da normalização dos negócios tradicionais, com o objetivo de levar aos industriais de calçados a constante colaboração dos curtumes nas atividades de suas indústrias. Por isso, daremos ampla publicidade a esta resposta para conhecimento de todo o nosso quadro de associados;

3.º — Esperamos que êsse Sindicato leve aos seus associados também o teor desta reposta, porquanto os curtidores têm o máximo interêsse no desenvolvimento da indústria de calçados do Brasil, e, além disso, que esta possa continuar sem qualquer interrupção sua ativa participação no processo de desenvolvimento industrial do País.

Eram estas, senhor Presidente, as considerações que cabiam à Diretoria desta entidade levar a êsse Sindicato, as quais prestamos com muita satisfação".

Entretanto . . .

Enquanto se processava essa troca de esclarecimentos, o Sindicato da Indústria de Calçados de Franca enviou aos seus associados uma circular, da qual destacamos esta parte, referente ao assunto e que fazemos para preparar os curtidores interessados:

"Temos a satisfação de comunicar-lhe que em reunião plenária realizada dia 23 do corrente (março), em nossa sede, com a presença da maioria dos fabricantes de calçados, ficou deliberado o seguinte:

a) — proceder ao estudo e suspensão de compras de curtumes que arbitràriamente diminuíram os prazos de vencimento, dificultando assim a marcha normal dos negócios dos fabricantes de calçados;

b) — sempre que possível, adquirir mercadoria de curtumes menores e que ofereçam garantia de seus produtos e melhores preços e condições de compra, estimulando-os a melhorarem seus produtos;

c) — comunicar ao Sindicato tôda nova ocorrência com relação aos fornecedores de matérias-primas ou outra qualquer, que possa vir a interessar à classe, para sua defesa e união.

Como se trata de medidas que sòmente poderão vir beneficiar à classe, pedimos e encarecemos ao prezado associado a observância da resolução aprovada por unanimidade, prestigiando assim a sua entidade na defesa da classe".

★

CICB RATIFICA ADESÃO: ALAIC

Em expediente de 29 de abril, o Centro das Indústrias de Curtumes do Brasil ratificou a sua adesão à Associação Latino-Americana da Indústria de Curtumes.

A íntegra do ofício foi a seguinte:

"Sr. Presidente: Pelo presente documento ratificamos a adesão do Centro das Indústrias de Curtumes do Brasil, entidade de direito privado, representativa da indústria curtidora nacional, ao quadro de associados institucionais da Associação Latino-Americana da Indústria de Curtumes (ALAIC). —

Outrossim, autorizamos a essa respeitável Presidência a fazer dêste documento o uso que melhor convier aos interêsses da Associação Latino-Americana da Indústria de Curtumes.

Sendo o que se nos oferece para o momento, colhemos a oportunidade para reiterar-lhe nossos protestos de alta estima e distinta consideração".

Atenciosamente, (As.) Pedro Lósi, presidente; Lourenço Podboi Júnior (repr. por Maurício D. Hernandorena), 1.º secretário; Roberto F. Cantusio, diretor-tesoureiro".

MAIOR DIMENSÃO PARA II FEIRA

Um raio de maior repercussão da II Feira Nacional de Artefatos de Couro é o ponto que está polarizando as atenções de todos os interessados na industrialização do couro no país. Por iniciativa do CICB, no dia 26 de abril cadente se promoveu um encontro de curtidores, fabricantes de calçados e de produtos químicos, bem como de varejistas, na redação da revista "Solado", em São Paulo, para discutir aspectos fundamentais visando àquele objetivo. Do encontro participou o Sr. Álvaro Ramos, da firma Alcântara Machado Comércio e Empreendimentos Ltda., responsável pela realização do certame, no Parque do Ibirapuera.

Examinando falhas ocorridas na I Feira, cujo tempo de execução foi reconhecidamente curto, chegou-se à conclusão de que para o próximo ano se poderá atrair grande contingente de in-

CAMPANHA DOS PÉS DESCALÇOS

Uma sugestão importante, dentre as discutidas durante o encontro de curtidores, fabricantes de calçados, máquinas e produtos químicos, e varejistas do dia 26, foi a apresentada pelo Sr. José Campbell, da DNB.

Pode-se encetar uma Campanha dos Pés Descalços — opinou — capaz de levar o uso do calçado sistemàticamente às zonas rurais Essa campanha seria promovida pelo CICB e os Sindicatos das Indústrias e Varejistas de Calçados, dividindo-se, em parcelas iguais, a responsabilidade dos fundos indispensáveis.

Ficou de ser constituída uma comissão para pôr o assunto em plano de execução.

dustriais e varejistas de todo o País, provocando-se um nôvo tipo de mercado. Para melhor consecução dêsse propósito, decidiu-se que cada grupo — de curtumes, fabricantes de calçados, varejistas e de outros artefatos, de produtos químicos, de máquinas, etc. — se reunisse separadamente com a representação da Alcântara Machado, a fim de melhor especificar o movimento e propagar a Feira, já como um fator preponderante no incremento das vendas.

Ao encontro compareceram, além de elementos do CICB, os Srs. Luís Kadar, da International Shoes; Maurício Borenstein, da indústria química; Sebastião Borbulhan, do Sindicato da Indústria de Calçados no Estado de São Paulo; Roberto Destri e Waldemar Abdala, respectivamente presidente e secretário do Sindicato do Comércio Varejista de Calçados do Estado de São Paulo; e Arnaldo Macchione, da revista "Solado".

Opiniões Clareiam Caminho

O Sr. Luís Kadar, da International Shoes Machine, declarou que os expositores de máquinas têm problemas para a importação de unidades, sem cobertura combial. Entende assim que à Alcântara Machado Comércio e Empreendimentos Ltda. compete desenvolver esforços para obtenção das necessárias licenças, o que viria trazer para a II Feira Nacional de Artefatos de Couro maior dimensão.

O Sr. Roberto Destri, Presidente do Sindicato do Comércio Varejista de Calçados, externou opinião: que o sistema de transporte para o local da Feira, no Ibirapuera, seja facilitado e que se deve cogitar da montagem de uma linha completa da indústria de calçados, de maneira a proporcionar ao consumidor visitante uma noção firme do que é a fábrica, inclusive exibindo as dificuldades que enfrenta para operar.

O Sr. Arnaldo Macchione ("Solado") sugeriu que a linha de montagem fôsse confiada ao SENAI, que mantém curso de sapateiros em São Paulo.

O Sr. Maurício Borenstein, da IQB, achou que a I Feira Nacional de Artefatos de Couro revestiu-se de êxito, pois os expositores — lembrou — não mediram esforços para apresentar bons "stands". Todos empregaram muito dinheiro e puderam experimentar um resultado promissor.

O Sr. Sebastião Borbulhan, da indústria de calçados, apoiou o ponto de vista do Sr. Borenstein e prognosticou melhorias para a próxima Feira, que — frisou — deve ser um veículo decisivo no lançamento de novos modelos de todos os artefatos de couro.

Em "stand" único, os curtidores de Franca, São Paulo, procuraram atingir também um objetivo altamente educacional na I Feira Nacional de Artefatos de Couro, no Ibirapuera. Na área que reservaram, montaram peças com defeitos oriundos de maus tratos da matéria-prima, desde a falta de cuidado com os animais, até à tiragem.

ç

Por outro lado, conseguiram, num conjunto de propósitos louvável, enaltecer a importância econômica do couro para a cidade de Franca.

FRANCA: Projeção da Economia do Couro

Vale a pena divulgar os informes que proporcionaram aos visitantes da Feira a Associação Profissional da Indústria de Curtimento de Couros e Peles e o Sindicato da Indústria de Calçados de Franca. Sublinharam que "cidade pioneira no interior do Brasil, no setor de curtição de couros e fabricação de calçados, Franca conseguiu, graças aos esforços de seus filhos, construir um grande parque industrial que, ao lado do café, da pecuária e outras formas de atividade, representa um dos pontos altos da economia nacional".

Com 75 mil habitantes, Franca dispõe de uma população operária, urbana, de 10.500 elementos. A sua população escolar atinge 17.680 e conta com 879 estabelecimentos comerciais e 386 industriais.

Agora, particularmente ao couro: a sua produção de curtidos vai para meio milhão, por ano, e nos 16 curtumes francanos trabalham 462 operários. O faturamento, também por ano, sobe a 4 bilhões de cruzeiros.

Não é menos significativa a estatística da produção de calçados: -anual mente são fabricados 10 milhões de pares, por 8.550 operários das suas 204 fábricas! O faturamento chega a 20 bilhões de cruzeiros.

Por aí se pode calcular o grau de desenvolvimento da indústria do couro na bela cidade paulista e, também, a sua apreciável contribuição para o progresso nacional.

LIGNOSULFONATO

MARCA REGISTRADA

AGORA PRODUZIDO NO BRASIL

pela

COMPANHIA MELHORAMENTOS DE SÃO PAULO

INDÚSTRIAS DE PAPEL

e

Distribuído por

LIGNOSULFONATOS INDUSTRIAIS LTDA.

AV. DR. VITAL BRASIL, 157 • (BUTANTÃ) • FONE: 80-3575 — (recados)

Endêreço Telegráfico: SULFOBRAS — SÃO PAULO

Químicos e Técnicos de Curtumes Fundam Associação no Brasil

Além da constituição da ALAIC, aproveitando-se a oportunidade da I Feira Nacional de Artefatos de Couro, em São Paulo, reuniram-se os químicos e técnicos das indústrias de curtumes do Brasil, com o objetivo de fundar-se uma entidade para a classe.

Face ao sentido dêsse movimento, transcrevemos abaixo a íntegra da ata, pela qual se têm as informações dos assuntos então debatidos.

A T A

"Aos 20 dias do mês de março de 1963, às 14,15 horas, na cidade de São Paulo e, tendo como local o Othon Palace Hotel, foi aberta a sessão congregando os Químicos e Técnicos ligados às Indústrias de Curtumes do Brasil. O Sr. Secretário do Centro das Indústrias de Curtumes do Brasil indicou, com aprovação da Assembléia, o nome do Dr. Maurice Borenstein para Presidente da mesa, tendo êste chamado, como convidado de honra, o Dr. Grünwald, da Associação dos Químicos e Técnicos da Argentina, e o Dr. Alberto Corrêa da Silva, para secretários. Expondo as razões que motivaram esta reunião, o Sr. Presidente da mesa dissertou sôbre a necessidade que, de longa data, todos os Químicos e Técnicos ligados às Indústrias do Couro vêm sentindo, da formação de uma Associação de Químicos e Técnicos das Indústrias de Curtumes do Brasil. Achava o Sr. Presidente da mesa que êste era um momento oportuno, pois, estando em pleno andamento, nesta cidade de São Paulo, a I Feira Nacional do Couro, tornava-se possível ter, na presente Assembléia, um número apreciável de Químicos e Técnicos ligados à Indústria do Couro para decisões iniciais. Reconhecia o Sr. Presidente da mesa, Dr. Maurice Borenstein, que tal realização inicialmente encontraria obstáculos, mas que, com a união de todos, seria possível realizar êsse desideratum. Chamou a atenção para o fato de que, na Argentina, essa mesma fase havia sido superada e que hoje a Associação dos Químicos e Técnicos ligados à Indústria do Couro era já uma

realidade. Como objetivos imediatos, esclareceu o Sr. Presidente da mesa, poderia a concretização dêste objetivo permitir um maior intercâmbio entre os Químicos e Técnicos, podendo-se, periòdicamente, formar "mesas-redondas" para debates técnicos e ligação com Associações congêneres de outros países, etc. Estando presentes a esta Assembléia vários Químicos argentinos, o Dr. Maurice Borenstein passou a palavra ao Dr. Grünwald, do CITEC, da cidade de Buenos Aires, que declarou estar a Associação Argentina pronta a estabelecer intercâmbio, em todos os sentidos, com sua congênere em formação e que era com prazer que êles, os argentinos, viam a criação de uma Associação, com os mesmos propósitos que haviam norteado a Associação Argentina, e que tudo fariam no sentido de ampliar o intercâmbio entre os químicos dos dois países. Falou em seguida o Dr. Durlach que, corroborando as afirmativas de seu colega da Argentina, Dr. Grünwald, estabeleceu que os argentinos teriam todo o prazer em colaborar com a formação de uma congênere no Brasil e que tôda sua experiência estaria ao dispor da Comissão organizadora dos alicerces, para a criação da Associação de Químicos e Técnicos das Indústrias de Curtumes do Brasil. Poderia desde logo suprir seus estatutos e todos elementos que auxiliassem a idéia em formação. Tomou a palavra, em seguida, o Doutor Alberto Sofia, integrante do C.I.T.E.C. argentino. Falou dos fatos que antecederam, na Argentina, a formação da Associação dos Químicos e Técnicos das Indústrias de Curtumes. Expôs o que representa o CITEC na Argentina.

Volta o Dr. Durlach a tomar a palavra, sugerindo aos amigos brasileiros que ativem a formação da Associação Brasileira, estabelecendo, desde logo, uma Comissão provisória para estudar os alicerces para efetivação dêste empreendimento. O Sr. José Bonifácio da Silveira acha que agora é o momento psicológico para a criação imediata dêste organismo, pedindo a colaboração das Indústrias Químicas no Brasil, para a criação do mesmo. Apoiando esta idéia, fala o Dr. Mário Costa, sugerindo seja criada, de imediato, uma Comissão para estudar o assunto. O Dr. Gomes sugere a criação de "núcleos regionais", ligados à sede da Associação, para intercâmbio maior e mais rápido entre todos os Químicos e Técnicos em todos os Estados da União. Tendo sido aceita pela Assembléia, a idéia, ficou, desde logo, formada a seguinte Comissão:

Dr. Roquette
Dr. Lech Anusz
Dr. Maurice Borenstein
Dr. Alberto Corrêa da Silva
Dr. Otto Singer
Sr. Raul Podboi

Não havendo nada mais a tratar, o Sr. Presidente deu por encerrada a reunião, agradecendo, mais uma vez, o comparecimento de elementos da Associação Argentina, como também a de todos os elementos que com suas presenças prestigiaram a I Reunião dos Químicos e Técnicos das Indústrias de Curtumes do Brasil. Em seguida, reuniu-se a Comissão eleita que decidiu dirigir-se ao Centro das Indústrias de Curtumes do Brasil para, por meio de um comunicado oficial, pedir o envio de adesões a esta iniciativa, em todos os Estados da União. Ficou estabelecido que, logo depois de serem recebidos, conforme promessa do Dr. Durlach, os estatutos da Associação Argentina, fôsse feita nova reunião desta Comissão, para elaboração de seus estatutos e reunião de uma Assembléia para aprovação dos mesmos e eleição dos elementos diretivos da Associação".

Impôsto de Consumo

Redução de 12 para 8%

A tributação fiscal foi o motivo principal de outra reunião conjunta de diretores do CICB com fabricantes de calçados, através dos seus representantes de sindicatos do Rio de Janeiro e de São Paulo. Êstes industriais sustentaram a tese de se transferir parte do Impôsto de Consumo para os curtumes, como medida capaz de conter a sonegação. Entretanto, os curtidores objetaram: a adoção de tal medida viria ferir frontalmente a sistemática do Impôsto de Consumo, uma vez que deixaria de incidir sôbre o produto acabado e recair sôbre matéria-prima.

Após longa troca de idéias, deliberou-se que o CICB e os Sindicatos das Indústrias de Calçados gestionariam junto ao Ministério da Fazenda no sentido de que, em próxima mensagem do Executivo ao Congresso Nacional, se pleiteasse a redução do Impôsto de Consumo sôbre calçado de 12 para 8%.

Essa redução teria um alcance social profundo, já que o calçado, de essencialidade reconhecida e indiscutível, se acha tributado como se fôsse artigo de luxo. A redução do tributo ,por outro lado, influiria no desestímulo da sonegação.

SÍMBOLO DE PROSPERIDADE!

SÍMBOLO DE

COOPERAÇÃO!

SÍMBOLO DE TANAC!

ACÁCIA NEGRA

15 ANOS DE TANINO

TANAC S.A.

INDÚSTRIA DE TANINO
MONTENEGRO - RS.

239, a Instrução que Modificou o Regime das Exportações

A SUMOC baixou a Instrução 239, visando a incrementar as exportações, mediante autorização, ao Banco do Brasil, para compra de dólares até 600 cruzeiros e venda a 620.

Pelas determinações dêsse instrumento, entretanto, espera-se que um dos reflexos provoque nôvo aumento do couro cru, considerando-se, como é sabido, que os preços internos oscilam de acôrdo com as cotações obtidas nas exportações.

Partindo-se daí, chega-se à conclusão que as nossas autoridades fazendárias devem estimar, com a indispensável objetividade, os fenômenos econômicos da área do couro. É que a matéria-prima crua, representando menos de 10% no total das pautas de exportações, ao ser agravada acarreta uma série de majorações no mercado interno. Uma das soluções — e pela qual insistimos repetidamente — seria a de ir-se evitando, na composição dos acôrdos bilaterais, a inclusão de couro cru, mesmo porque a

indústria curtidora nacional se acha capacitada a produzir artigos aprimorados e a absorver tôda a produção daquela matéria-prima. Um resultado dessa mudança, como é óbvio, seria ainda — e principalmente — o de formar-se nova fonte de divisas para o País.

Vamos, pois, aguardar os efeitos práticos da Instrução 239 — bem como a almejada compreensão das autoridades para apoiar a indústria nacional do couro.

A Instrução

É a seguinte a íntegra da Instrução:

"A Superintendência da Moeda e do Crédito, na forma da deliberação do Conselho, em sessão de hoje, de acôrdo com o disposto no Artigo 3.º, alíneas *h* e *i*, e Artigos 4.º e 6.º do Decreto-Lei n.º 7.293, de 2 de fevereiro de 1945: Considerando que a taxa de câmbio vem dificultando e desestimulando as exportações, ao mesmo tempo que anima as importações e beneficia as remessas financeiras para o exterior; Considerando a necessidade de restabelecer o poder competitivo dos produtos brasileiros de exportação e de elevar a receita cambial; Considerando a necessidade de evitar que as importações financiadas a curto prazo e médio prazo, venham a sobrecarregar de forma demasiada o Balanço de Pagamentos nos próximos exercícios; e Considerando a conveniência de estimular e fortalecer o mercado de títulos públicos:

RESOLVE:

I) — Autorizar o Diretor da Carteira de Câmbio do Banco do Brasil S. A. a fixar as taxas de compra e venda de câmbio, respectivamente, em ..... Cr$ 600,00 (seiscentos cruzeiros) e até Cr$ 620,00 (seiscentos e vinte cruzeiros) por dólar, ou seu equivalente em outras moedas; II) — Elevar para ... US$ 26,00 ou seu equivalente em outras moedas a quota de contribuição por saca para as exportações de café da safra 1962/63, de modo a manter inalterados os preços FOB estabelecidos para os diferentes tipos e praças, na safra referida; III) — Manter em ..... US$ 26,00 ou seu equivalente em outras moedas a quota de contribuição por saca para exportação de cafés da safra 1961/62, revogado o disposto no item II da Instrução n.º 230; IV) — O Instituto Brasileiro do Café representará à SUMOC sôbre algum caso em que a aplicação da quota de contribuição venha a determinar aumento ou diminuição do preço FOB vigente, para que a SUMOC possa, nesses casos, reajustar a quota de contribuição; IV) — para os cafés do IBC em mãos de terceiros, para efeitos de exportação, já com condições de preços em cruzeiros, prevalecem a quota de contribuição e a taxa de câmbio vigentes a 19 de abril de 1963. O mesmo critério se aplicará às declarações de venda já registadas pelo IBC, cujo câmbio tenha sido ainda contratado; VI) — A quota de contribuição das exportações de cacau em bagas e em massa, a que se refere o item I das Instrução n.º 236, fica elevada para 20% (vinte por cento); VII) — As exportações de derivados de cacau ficam sujeitas a uma quota de contribuição de 8% das respectivas cambiais, que também se destinará ao Fundo a que alude a Instrução n.º 204; VIII) — Fica instituída para a exportação de algodão a quota de contribuição de Cr$ 40,00 (quatrocentos cruzeiros) por dólar ou seu equivalente em outras moedas, que será escriturada em conta de fundo especial, mantida no Banco do Brasil à

ordem da SUMOC para aplicação em operações de fomento e defesa da economia algodoeira; IX) — Reduzir, para 60% do valor do contrato de câmbio para importação de mercadorias, o recolhimento a que se refere o item IV da Instrução n.º 229, de 15.8.62, mantidas as dispensas mencionadas no item I da Instrução n.º 208, de 27.7.61, desde que o depositante aceite a devolução dêsse recolhimento, no prazo de 30 dias, em títulos do Tesouro, da Série B, mantendo, em caso contrário, êsse depósito a 80%, e estendendo a 240 dias o prazo de sua restituição; X) — Dar prioridade, no caso das importações referidas no item II da Instrução n.º 208, às relativas a máquinas e equipamentos necessários ao término de projetos, levando-se em conta, em qualquer caso, as condições de amortização e a extensão dos prazos".

Aumentará a Exportação

Ainda agora, o Ministro da Fazenda, Sr. San Thiago Dantas, assim se manifestou a propósito da Instrução n.º 239:

"O Conselho da SUMOC, dando execução progressiva à política econômica contida no Plano Trienal, deliberou hoje incorporar à taxa de câmbio os elementos componentes do preço do dólar, que já vinham sendo cobrados dos importadores pelos bancos particulares.

Dêsse modo, o dólar passa a ser comprado pelo Banco do Brasil a Cr$ 600,00 (seiscentos cruzeiros) e que pode ser considerado a taxa realista de câmbio dentro da atual situação brasileira.

Os efeitos da medida serão os seguintes: aumento substancial do valor em cruzeiros das exportações brasileiras, as quais receberão grande incentivo; produtos como o algodão, o milho, a carne, as manufaturas, poderão ser vendidos, com lucro para o produtor e o exportador brasileiro aos preços internacionais vigentes. Os preços internos do café da safra 62-63, ainda em curso, e os da safra 61-62 não sofrerão alteração dado o aumento da retenção de divisas por saco exportado. O mesmo sucederá ao cacau. A valorização do minério de ferro permitirá a expansão, sem financiamento do Banco do Brasil, do programa da Companhia Vale do Rio Doce.

O aumento do dólar para os importadores, dada a absorção do "boneco", não será apreciável, e se diluirá nos custos sem reflexo ponderável nos preços dos produtos nacionais. O petróleo e o trigo não serão afetados agora pela medida, por já estar fechado, com antecipação, o câmbio correspondente a importações do semestre.

O reajustamento da taxa de câmbio favorece as exportações brasileiras e desestimula a expansão das importações, sobretudo as que se processam em dólar ou outras moedas conversíveis. Êsse duplo efeito é desejável. Nossas importações continuam em nível demasiado elevado para o montante de divisas de que podemos dispor, e a taxa anterior vinha premiando indevidamente qualquer espécie de remessas para o exterior.

Por outro lado, a nossa capacidade de produzir e exportar necessitava de um estímulo decisivo, que lhe acaba de ser dado, graças à nova taxa, em tôrno da qual acreditamos que se venha a estabilizar o valor externo do cruzeiro. O Govêrno entende que as medidas de contenção já criaram o contrôle da inflação necessário para justificar a correção do câmbio, hoje decidida. O país caminha para a estabilização progressiva, prevista no Plano Trienal".

Brasil é Segundo Produtor Mundial de Bovinos

Detentor de uma população superior a 70 milhões de cabeças que povoam extensas áreas campesinas do País, principalmente nos Estados de Minas Gerais, São Paulo, Mato Grosso Goiás e Rio Grande do Sul, o Brasil está situado em segundo lugar nas Américas como produtor de bovinos. Aliás, diga-se de passagem que é o nosso País depositário de segundos lugares também em pecuária suína, caprina e asinina, com populações de 44 milhões e 190 mil cabeças, 10 milhões e 640 mil e 5 milhões e 727 mil, respectivamente. Na ovinocultura, estamos em quarto lugar, com um rebanho que totaliza 20 milhões e 164 mil cabeças. A Argentina, os Estados Unidos e o Uruguai, que nos passam à frente, somam pela ordem, os seguintes totais: 45 milhões e 737 mil; 32 milhões e 644 mil e 22 milhões e 954 mil cabeças.

Eqüinos — A Pecuária equina, no entanto, dá um distanciado primeiro-lugar ao Brasil, que detém uma população cavalar de 8 milhões e 128 mil, seguido pela Argentina (2.º maior colocado) que possue cinco milhões e 482 mil animais. Na espécie animal em preferência está o nosso País colocado em segundo lugar em todo o mundo ficando sòmente inferior à Rússia, que possui 13 milhões de cabeças. Em criação de suínos que coloca o Brasil em segundo lugar nas Américas, sua cotação no mundo está em quarto lugar, já que possui população sòmente inferior à China, Estados Unidos e União Soviética. No que concerne à bovinocultura, ocupa nosso País o terceiro lugar no mundo, vindo logo após a Índia, com 158 milhões e 650 mil e os Estados Unidos com 101 milhões e 520 mil cabeças.

Indústrias — Segundo dados estatísticos fornecidos pelo Ministério da Agricultura, 1.289 estabelecimentos industriais para carne e derivados funcionam em mãos de particulares. Computam êsses estabelecimentos charqueadores, açougues industrializadores, fábricas de conservas e gorduras, frigoríficos, industrializadores eventuais e matadouros de aves e de suínos. Por região fisiográfica do País, a situação numérica dêsses estabelecimentos é a seguinte: Nordeste, 114; Norte, 9; Leste, 270; Sul, 855 e Centro-Oeste, 41. Por Unidade da Federação, o Rio Grande do Sul, somando o total de 290 estabelecimentos, detém a maioria absoluta do complexo industrial de carnes e derivados do País. O segundo lugar cabe a Santa Catarina, que possui 249 indústrias, para 180 de São Paulo e 136 do Paraná. Vê-se, pois, que a Região Sul absorve um percentual superior a 50% do total dêsses estabelecimentos, em relação às demais 4 regiões fisiográficas brasileiras.

FEIRA DE COUROS

Operação Conjunta

Estamos atravessando os umbrais da I Feira Nacional de Artefatos de Couro, quando se voltam as atenções da firma promotora, dos órgãos patrocinadores e dos expositores para a próxima Feira, que será realizada no ano vindouro, no mesmo mês e local da anterior. E' necessário, portanto, que todos os setores interligados à economia industrial do couro, interessados no êxito dessa Feira, tenham observado os erros e os acertos, as vantagens e desvantagens que êsse tipo de promoção pode oferecer à indústria do couro, primordialmente sob o aspecto comercial, cujos reflexos são imediatos.

Entre as muitas falhas que observamos na I Feira, algumas são de exclusiva responsabilidade da firma promotora Alcântara Machado Comércio e Empreendimentos Ltda., cujo prestígio no meio industrial brasileiro foi fator decisivo junto à indústria do couro para obter o privilégio de concretizar o certame.

Desde o lançamento da Feira, até seu encerramento, observaram-se várias falhas que merecem correção, destacando-se como uma das principais a total ausência de conteúdo comercial do empreendimento.

A firma Alcântara Machado não pode deixar perecer esta Feira de Couros sob pena de ser-lhe creditado um fracasso no seu

vasto ramo de negócios. Sabemos que quando essa organização iniciou suas atividades, as primeiras Feiras lhe foram adversas, inclusive carreando-lhe prejuízos financeiros. Mas, pela perseverança e clarividência dêsse fenomenal homem de relações públicas, que é Caio de Alcântara Machado, a iniciativa transformou-se em absoluto êxito. Ninguém pode negar que a Feira da Indústria Têxtil, o Salão do Automóvel ou a Feira de Utilidades Domésticas já operaram o milagre de modificar substancialmente a política comercial das indústrias dêsses ramos, pois essas Feiras vendem, atingindo seu principal objetivo. Nada justifica que a Feira do Couro também não possa conseguir o êxito das demais. Aqui, é preciso que a firma Alcântara Machado modifique o sistema de propaganda que, invariàvelmente, aplica em tôdas as Feiras, pelo menos em nosso ramo, que é complexo por suas próprias características.

O expositor da Feira do Couro — curtume, fábrica de calçados e artefatos de couro, produtos químicos e equipamentos para a indústria de curtume e calçados — tem que receber, dentro do Pavilhão da Feira, o maior número possível de clientes, e êstes são exatamente os vendedores varejistas de calçados e artefatos de couro. Sob êsse ângulo, de levar ao recinto da Feira os fabricantes de calçados, os varejistas e curtidores, a propaganda da I Feira falhou totalmente. E' necessário que, no próximo ano, venham, para visitar a Feira e conhecer os lançamentos dos novos modelos de calçados e couros curtidos, os comerciantes do ramo do país inteiro, em maior número possível. Para tanto, faz-se mister que Alcântara Machado Comércio e Empreendimentos divulgue a Feira em todos os Estados do País, através do contato direto com os nossos clientes.

Outra falha, que deve ser corrigida, refere-se ao tratamento descortês que alguns expositores receberam da firma encarregada da montagem e desmontagem dos **stands** pré-moldados, dirigida por um elemento de nome Max Bagdócimo, que, mal assessorado, arquitetou manobras para apoderar-se de alguns implementos decorativos de propriedade particular dos expositores, quando se encerrou o certame. Até o Presidente desta Entidade teve que reagir à altura à insinuação de que não poderia retirar do local lâmpadas elétricas que êle adquirira.

E' conveniente a análise profunda de todos os erros cometidos na I Feira, e desta linha não devem afastar-se os dirigentes das entidades de classe patrocinadoras do certame, a fim de assegurar o êxito permanente da iniciativa. Nossa crítica será sempre construtiva e implacável, pois sabemos que ao amparo da razão serão acolhidas nossas observações.

Queremos uma Feira de Couro para servir à economia industrial e comercial do couro e seu consumo e não sòmente para constar do calendário de Alcântara Machado Comércio e Empreendimentos como mais uma de suas iniciativas vitoriosas. Afinal de contas, custa muito dinheiro ao expositor participar de uma Feira, e as responsabilidades de cada um devem ser fixadas para que todos sejam beneficiados.

As primeiras providências para a correção das falhas já foram tomadas através de reunião com os dirigentes da classe e expositores. Enquanto o comércio varejista, com muito critério, fêz observações sôbre sua ausência na I Feira, a indústria de curtumes e os fabricantes de calçados exigem que se realizem desfiles de modelos para lançamento dos novos tipos de sapatos e produtos do vestuário confeccionados com couro.

Vamos aguardar que o plano apresentado pelo representante de Alcântara Machado, que consiste em criar grupos de estudos para cada tipo de expositor, dê os resultados esperados. Ninguém se iluda. E' necessário trabalhar muito na segunda Feira, porque seu fracasso envolveria também a responsabilidade dos organismos patrocinadores, que são representantes legítimos das categorias empresariais interessadas.

A INDÚSTRIA DE CURTUMES

A REFORMA AGRÁRIA

Nesta fase aguda da vida republicana, em que se entrechocam os pontos de vista dos Líderes políticos, partidários e até religiosos sôbre a momentosa questão da reforma agrária, cuja luta se reflete em todos os setores da vida do País, parece-nos conveniente uma reflexão ponderada sôbre a posição da indústria de curtumes e de calçados diante do magno problema.

Indiscutìvelmente, o ponto de estrangulamento da economia industrial do couro (curtumes e fábricas de calçados) reside no baixo poder aquisitivo do consumidor rural. Tomando-se por base a população da região Norte-Nordeste e o índice de consumo dessa coletividade em relação aos Estados sulinos, ver-se-á que o problema do aumento de consumo de couros curtidos e calçados subordina-se diretamente à distribuição da terra. O Nordeste absorve apenas 8 milhões de pares de calçado de couro, por ano, segundo as últimas estimativas, com uma população de aproximadamente 25 milhões de habitantes.

O consumo "per capita" de calçados no País atinge aproximadamente um par por habitante, portanto se verifica que na região Norte-Nordeste a taxa de consumo baixa para menos de 0,3 par por habitante.

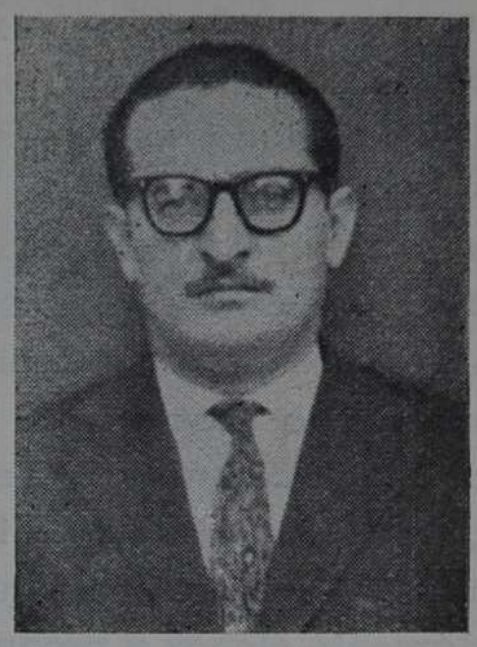
E' fora de dúvida que a indústria nacional necessita conquistar êsse enorme mercado consumidor, pois aí reside um dos fatôres determinantes da capacidade ociosa que registram as emprêsas curtidoras e de calçados. Esta ociosidade atinge níveis superiores a 50%, com agravante de que não poderá ser utilizada a plena capacidade de produção, destinando-a ao mercado externo, porque os custos, por fôrça do desenvolvimento do processo inflacionário, tornaram-na gravosa.

Talvez, os observadores do problema agrário no Brasil tenham deixado de considerar as seguidas recomendações das autoridades norte-americanas, notadamente os dirigentes da Aliança para o Progresso, sôbre a necessidade de se promover na América Latina determinadas reformas de base Sendo a América do Norte o país líder do capitalismo e estando, realmente, seu govêrno empenhado em reerguer a economia latino-americana, elevando o padrão de vida dos povos dêste Hemisfério, constitui êrro faccioso, ou má fé, deixar de considerar essas observações.

Recentemente, o Subsecretário de Estado para Assuntos Latino-Americanos, Sr. Chester Bowles, em conferência pronunciada na Universidade do Texas, afirmou pe-

E CALÇADOS E

MAURÍCIO D. HERNANDORENA



remptòriamente que seria impossível elevar o padrão de vida dos povos latino-americanos e a taxa de desenvolvimento econômico nesta região, desde que permaneçam em mãos de 1,5% da população os 50% das terras produtivas dos Estados latino-americanos.

Parece-nos que o pronunciamento dessa autoridade deve ser meditado e analisado por todos os brasileiros, independentemente de coloração político-partidária. Afinal de contas, quando necessitamos de ajuda externa, para os nossos projetos de desenvolvimento, vamos recorrer a empréstimos na grande nação do Norte. E' justo, portanto, que as autoridades dêsse país amigo observem os fenômenos que têm contribuído para entravar o desenvolvimento da economia latino-americana. Que dirão os defensores da tese de que a reforma do artigo 141 da Constituição Federal aniquilaria com o sistema da propriedade privada, diante do pronunciamento do subsecretário Chester Bowles? Será que não estão vendo o excesso de acúmulo de terras em mãos de poucos privilegiados? Ou êstes 1,5% de proprietários rurais de 50% das terras latino-americanas estão dando ao trabalhador rurícula meios de sobrevivência dignos da civilização ocidental?

O exemplo do Norte-Nordeste é típico e clássico diante da afirmativa do govêrno norte-americano. No Nordeste não se consome calçado porque o trabalhador do campo recebe, em média, um ordenado que não chega para o mínimo de suas necessidades de aquisição de alimentos. Portanto, êsse consumidor não poderá ser útil à indústria nacional, em têrmos de análise econômica. O homem deve ser encarado por nós, produtores, como uma unidade econômica; pelo que produz e consome. Se um chefe de família com 6-7 filhos recebe um salário, do proprietário da terra, que lhe permite apenas ingerir 30% das calorias alimentares necessárias, automàticamente será um elemento nulo para aquisição de bens de consumo duráveis. Êste é o grande desafio com que se defronta a indústria nacional, não sòmente de calçados e curtumes mas de todos os bens duráveis: recuperar êste enorme mercado consumidor para colocação de sua produção.

Vários empresários talvez não acreditem no êxito de uma reforma agrária, feita com critério, honestidade e bom senso, porque outras tentativas de reformulação econômica do govêrno fracassaram. Mas, agora, estamos diante do imponderável: ou damos a 40 milhões de brasileiros condições

de acesso à terra, para os tornar consumidores úteis à indústria do país, ou estaremos, negando-lhes êsse direito, preparando-os para uma revolta de conseqüências imprevisíveis, forjada pela fome, pela miséria, pelo pauperismo e a ignorância.

De que adiantaria a indústria de curtumes e de calçados assumir compromissos de compra, no Exterior, de equipamentos modernos e a contratação de mão-de-obra especializada se o mercado interno se encontra estrangulando? Certo é que necessitamos ràpidamente elevar a produtividade de nossas fábricas, através da modernização dos equipamentos — a maioria obsoleta —, mas o empresário nacional não pode encontrar estímulo para investimentos dêsse porte diante desta realidade que é o baixo poder aquisitivo do consumidor.

Acresce a circunstância de o fato de ter a inflação jogado-nos completamente fora de qualquer possibilidade de concorrência no mercado internacional, porque nossos custos internos absorveram as condições competitivas da indústria nacional. O problema é sério e oxalá venhamos a dar-lhe a solução democrática que exige. O próprio Mercado Comum Latino-Americano — obra tão sonhada por tantos empresários e dirigentes de mentalidade arejada — terá seu futuro irremediàvelmente comprometido se a estrutura agrária dos países da Zona não fôr modificada. O fenômeno é idêntico em qualquer um dos países latinos. Ou temos coragem suficiente para executar essas reformas, sem demagogia e sem partidarismo, ou elas serão feitas sob o signo circunstancial do momento. Além disso, não esperem os governos latino-americanos qualquer ajuda da América do Norte, prevista nos planos da Aliança para o Progresso, sem a modificação das estruturas arcaicas. O contribuinte americano tem sido uma vítima inapelável do Fisco e, por sua vez, nega-se a colaborar para que o fruto do seu trabalho venha a enriquecer mais ainda os detentores de privilégios em detrimento de perto de 200 milhões de latino-americanos.

ALALC TEM

Da revista "PN" transcrevemos importante trabalho sôbre a responsabilidade da ALALC.

QUE SER MAIS ATUANTE

Com uma população estimada em pouco menos de 200 milhões de habitantes, que, portanto, não faz má figura diante dos 215 milhões de habitantes da União Soviética ou dos 182 milhões dos Estados Unidos, mas com seu irrisório índice de renda *per capita* de pouco mais de US$ 350, em confronto com os US$ 2.750 dos Estados Unidos e dos US$ 1.170 da Europa Ocidental, a América Latina luta contra a miséria e o abandono a que foi e a que se deixou relegar. Tal fato influi, não resta dúvida, na formação da ALALC — Associação Latino-Americana de Livre Comércia, como um meio de defesa dos países do nosso Continente à visível deterioração de suas economias que, no ano, apresentam um desenvolvimento muito aquém do que deveriam registrar tendo em vista o grande crescimento demográfico. Estando provado que as rendas provenientes do comércio exterior são as de maior importância para a economia dos países subdesenvolvidos, mais importantes mesmo do que a ajuda econômica que recebem, e observando-se que o intercâmbio entre os países subdesenvolvidos e os desenvolvidos apresenta sempre vantagem, e em proporção cada vez maior, para as grandes potências, inclusive por que essas reuniram-se em poderosos blocos econômicos, não havia outra saída à América Latina senão formar também o seu bloco, a fim de poder incrementar o seu intercâmbio comercial e, uma vez unida, negociar em melhores condições com os grandes blocos econômicos. A verdade, contudo, é que a ALALC até agora não passou de simples promessa. As negociações não vêm sendo positivas e, em que pese alguns esforços esporádicos, não existe, na realidade, um bloco atuante, como seria de desejar principalmente agora, quando se evidencia a competição entre blocos e constatam-se igualmente as dificuldades cada vez

maiores que os países latino-americanos encontram em colocar seus produtos nos mercados externos.

Ao lado de um intenso crescimento demográfico, a América Latina enfrenta os graves problemas oriundos da deterioração dos preços dos produtos primários que pràticamente constituem suas únicas fontes de exportação. O Brasil é um exemplo típico: o volume de nossas vendas externas, em 1953, foi de 4,4 milhões de toneladas. Em 1961, essa cifra elevou-se para 12,7 milhões de toneladas. Entretanto, obtivemos em divisas US$ 1,5 bilhão em 1953, enquanto em 1961 o valor das divisas diminuiu para US$ 1,4 bilhão. Isso significa que o volume exportado, no decorrer daquele período, evoluiu em 190%, porém o valor das divisas obtidas baixou em 9%. Em contrapartida, os países subdesenvolvidos — o Brasil entre êles — são forçados, em razão da imperiosa necessidade de se desenvolverem a importar cada vez mais dos países desenvolvidos — e a um preço cada vez mais alto. Equipamentos, técnicas e processos, etc., tudo isso nos vai saindo cada vez mais caro, ao passo que as matérias-primas que fornecemos às grandes potências, manipuladoras de seus preços nos mercados internacionais, vêem seu valor cair irremediàvelmente. Acresce que essas mesmas matérias-primas, via de regra, voltam depois aos subdesenvolvidos sob a forma de artigos manufaturados. Êsse é, na verdade, o círculo vicioso do subdesenvolvimento, que agora procuramos romper.

Importância do Comércio Exterior

Reforçando a tese da necessidade de criarmos um bloco de comércio atuante é oportuno lembrar que um fato que não é nôvo mas que sòmente agora recebe a devida atenção é o da importância do comércio exterior para os países em desenvolvimento. Finalmente foi "descoberto" e confirmado pela Conferência Internacional de Comércio que, sob todos os pontos-de-vista, políticos ou econômicos, as rendas do comércio exterior são muito mais importantes para as nações subdesenvolvidas do que a ajuda econômica que essas nações recebem.

De forma geral, o comércio exterior corresponde a 20% da economia dos países subdesenvolvidos, isto é, 20% de seu produto, em contraste, por exemplo, com a participação de 8% no Produto Nacional dos Estados Unidos. Verificou-se ainda que o comércio exterior dos subdesenvolvidos produziu, em 1960, cêrca de US$ 31 bilhões, enquanto no fluxo total de ajuda e colaboração econômica do exterior (inclusive investimentos particulares) totalizou, no período, US$ 8 bilhões. Sùbitamente, as estatísticas revelaram que a participação relativa dos subdesenvolvidos no comércio internacional está decrescendo. Em 1953 a participação dos subdesenvolvidos no comércio internacional equivalia a 31,5% dos totais, em 1960 baixara para 24,7%, continua em queda e as perspectivas são de que prossiga declinando a participação dos subdesenvolvidos no comércio internacional.

A América Latina, nesse setor, continua por baixo. Suas exportações estão crescendo a uma taxa de 1% ao ano, taxa muito aquém do crescimento demográfico. Desde 1956 as exportações totais dos países subdesenvolvidos crescem à taxa média anual de 2% contra 6,5% dos países subdesenvolvidos. Êsse insignificante crescimento não basta para manter em funcionamento suas respectivas economias. A ajuda econômica recebida do exterior equivale, em valor, a menos do que os países subdesenvolvidos têm perdido como resultado da de-

Produtos de Qualidade Garantem

A Melhor

IRMÃOS SINGER S.A.

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Rua Conselheiro Crispiniano, 404 — Tels: 34-8772 — 36-0118 — 34-0160
End. Telegráfico: "EXPORTSING" — Caixa Postal, 4372 — SÃO PAULO

DEPÓSITOS:

Novo Hamburgo
RUA LIMA E SILVA, N.º 494
Telegr.: "ISSASUL"

Recife
AV. RIO BRANCO, N.º 193
Telegr.: "ISSANORTE"

cadência dos preços dos seus produtos exportáveis. Em grande parte tem sido obrigatòriamente utilizada para cobrir *deficits* do balanço de pagamentos, criados, principalmente, pela instabilidade dos preços dos produtos primários. Mais do que nunca, portanto, torna-se necessária a criação de um bloco atuante na América Latina.

ALALC & Problemas

A fim de propiciar condições de maior estabilidade e promover a ampliação das correntes de intercâmbio existentes através da inclusão de novos produtos — sobretudo manufaturados — com o benefício de reduções de ordem tarifária e cambial; visando a estimular a criação de novas atividades de produção, a expandir, as estabelecidas nos países-membros e promover acréscimos de sua produtividade; substituir gradativamente as importações provenientes de terceiros países por importação zonal e atrair novos investimentos, os representantes da Argentina, Brasil, Chile, México, Paraguai e Uruguai, firmaram, a 16 de fevereiro de 1960, na cidade de Montevidéu, o "Tratado que estabelece uma Zona de Livre Comércio e institui a Associação Latino-Americano de Livre Comércio". Posteriormente, a Colômbia e o Equador aderiram ao acôrdo, que passou a se chamar "Tratado de Montevidéu".

Na realidade, a Zona de Livre Comércio representa uma etapa na futura formação de um mercado comum. Isso porque o mercado comum tem por objetivo a uniformização de políticas econômicas e de comportamento tarifário em relação a terceiros países, ou seja, a criação de uma tarifa exterior comum. Entre países desenvolvidos e de economia madura, torna-se mais fácil a aplicação direta dêsse sistema e não é necessária a criação de uma zona de livre comércio como etapa anterior à formação de um mercado comum. Por sua vez, a recentemente criada Zona de Livre Comércio deveria apresentar mecanismo flexível e compatível portanto com a condição de países em fase de desenvolvimento, pois constitui simplesmente uma área de preferência tarifária, concretizada anualmente através de negociações de reduções dos gravames e restrições a determinados produtos, mantendo, tarifas aduaneira para terceiros países.

Em 1961 e 1962 foram realizados em Montevidéu e no México, respectivamente, o Primeiro e o Segundo Período de Sessões das Partes Contratantes do Tratado de Montevidéu, de que resultou a formação das Listas Nacionais, com as reduções negociadas de gravames e restrições, estabelecendo-se assim, uma margem de preferência para o comércio intrazonal com relação a terceiros países. As Listas Nacionais resultantes da Segunda Conferência da ALALC entraram em vigor a partir de 1 de janeiro do corrente ano, totalizaram 7.565 concessões; a Lista Nacional do Brasil contém 1.243 concessões (16% do total), sendo sòmente superada pela do Equador, com 1.701 concessões (23%), no que toca aos produtos objeto de intercâmbio.

Por ocasião das referidas Conferências, diversos problemas foram submetidos a exame pelas Delegações dos países-membros da ALALC e expedidas resoluções sôbre acôrdos de complementação, *dumping* e outras práticas desleais de comércio, estatísticas de comércio exterior, nomenclatura, origem das mercadorias, conceituação de produtos agropecuários, tráfico fronteiriço e comércio regional, transportes marítimos e fluviais, tratamento de país em menor desenvolvimento econômico re-

lativo, exame da política comercial, econômica e financeira e demais assuntos pertinentes à Zona de Livre Comércio.

Através de entendimentos, vão os países-membros conseguindo, mas de forma demasiadamente morosa, a integração econômica da ALALC. Assim, já para êste ano foram programadas as seguintes reuniões: a) de Bancos Centrais e instituições financeiras nacionais; b) sôbre harmonização de políticas comerciais; c) de representantes de setores de produção da Zona; d) sôbre transportes marítimos; e) sôbre políticas e programas de desenvolvimento.

Enquanto isso, o Terceiro Período de Sessões da Conferência da ALALC terá início a 1 de outubro do corrente ano. Na série preparativa, o Comitê Executivo Permanente, órgão da Associação sediada em Montevidéu, com o objetivo de facilitar as próximas negociações, elaborou um amplo esquema de trabalho para êste ano, cuja realização contribuirá de maneira significativa para a solução dos diversos problemas ainda pendentes, resultantes da aplicação do Tratado. Esta é uma das grandes esperanças da ALALC.

Vários são os problemas, entretanto, que dificultam a constituição de um verdadeiro mercado comum. Entre êles, não se pode esquecer, lògicamente, que a inexistência de meios adequados e regulares de transportes, sobretudo entre os países do Atlântico e do Pacífico, constitui, além de outros, um dos principais obstáculos a que as concessões outorgadas no âmbito da ALALC produzam seus efeitos no intercâmbio comercial. Mas dentro de sua linha muito burocrática, ao invés de se enfrentar diretamente o problema, simplesmente criou-se, durante uma reunião do México, a Comissão Assessora de Transportes (CAT) e "foram votadas resoluções no sentido da adoção de medidas destinadas a seu equacionamento". O problema, até agora, continua na estaca zero, pois nada de prático foi feito.

Por outro lado, e por incrível que pareça, os industriais latino-americanos, em sua maioria, ainda não compreenderam as perspectivas que lhes são abertas com a criação de mercado regional. Na verdade, raros países latino-americanos possuem industriais voltados para os problemas de comercialização do Continente. Essa ausência de preocupação e conhecimento estêve presente durante o Segundo Período de Sessões das Partes Contratantes, no México. Durante a realização do conclave, importadores mexicanos, interessados em importar produtos manufaturados brasileiros, consultaram alguns industriais de nosso País para maiores negociações. Mas essas não puderam ser feitas pois os nossos empresários não tinham a mínima noção do que e quanto poderiam vender. Na realidade, grande parte dos industriais presentes ao referido conclave não se preocupou em conseguir facilidades para a exportação de manufaturados. Pelo contrário, êsses industriais foram para lá precisamente para evitar que fôssem dadas concessões que pudessem criar competição para seus produtos no mercado brasileiro.

Outro ponto negativo foi o da adesão de alguns países à ALALC. Em verdade, certos países não o fizeram porque nada têm a oferecer e nada podem comprar. Outros não aderiram por fôrça de pressões externas. A Venezuela, por exemplo, não faz parte da entidade e nem há esperanças de que venha a integrá-la. O pensamento da Venezuela, quanto a essa questão, pode ser assim simplificado: "se conseguimos grandes divisas com a exportação de petróleo, podemos importar automóveis norte-americanos ou mesmo europeus que são super-luxuosos — por que então iríamos

comprar carros brasileiros?". Apenas a título de ilustração deve-se ressaltar que o Presidente da Venezuela, Sr. Rómulo Betencourt, quando em sua recente viagem aos EUA, foi saudado pelo Presidente Kennedy como "símbolo do líder político que os Estados Unidos desejam para a América Latina"...

Eras dos blocos

A colocação dos produtos latino-americanos torna-se cada vez mais difícil e menos rendosa. Recentemente, o Mercado Comum Europeu firmou um tratado com 18 países da África, concedendo facilidades para a importação dos produtos daquela área, em detrimento dos países exportadores de similares africanos como é o caso dos latino-americanos. Êsse tratado foi, realmente, o passo inicial no sentido de aliar-nos do mercado importador europeu.

Diante dêsse quadro, só resta aos países da América Latina se unirem econômicamente a fim de poder negociar em melhores condições com o Mercado Comum Europeu e os outros grandes blocos econômicos, além de fomentar, através dessa conjugação de esforços, um maior intercâmbio comercial. É necessário que os países latino-americanos observem que agora mais do que nunca, evidencia-se a política de comércio competitivo entre blocos formados por grupos de nações. Hoje, quem vive isolado é esmagado. Por isso, os países da Cortina de Ferro criaram o COMECON. Da mesma forma, os EUA, ao pretenderem uma aproximação com o MCE, sentem que de outra forma acabarão totalmente fora do mercado europeu. Nós temos condições para criar também o nosso bloco, cujo papel deveria ser desempenhado pela ALALC. Mas poderia ser a ALALC um meio efetivo de defesa para os países do nosso Continente? Poderia, mas não é, pois tôdas as suas iniciativas nascem numa comissão e morrem numa resolução. Os países-membros, inclusive o Brasil, dão à entidade um sentido retórico, onde imperam a burocracia e a pouca vontade em se resolver de imediato os problemas.

Deveria causar inquietação aos países da América Latina, principalmente ao Brasil, e ao mesmo tempo estimular a criação de um bloco regional eficiente, o Tratado firmado entre o MCE e os 18 países africanos. Isso acontece porque, em suas linhas gerais, estabelece o tratado: a) os seis países integrantes do MCE abolirão até 1967 *tôdas as tarifas* que incidem atualmente sôbre café, chá, abacaxi, pimentas e cacau daquela procedência; b) o MCE dará ainda aos africanos um empréstimo de ajuda ao desenvolvimento das antigas colônias no montante de US$ 730 milhões, para aplicação em cinco anos; c) em troca de todos êsses benefícios, os países africanos se comprometem a abolir qualquer tarifa que incida sôbre os produtos procedentes do Mercado Comum Europeu. Foram beneficiados pelo Tratado os seguintes países africanos: Mauritânia, Senegal, Mali, Nigéria, Chad, República dos Camarões, República Central Africana, Ruanda, Burundi, Gabão, República Malgachi, Somália, Dahomé, Togo, Alto Volta, Costa do Marfim e os dois Congos.

Pràticamente, perde o Brasil um importantíssimo mercado para produtos tais como café e cacau (isso para citar o nosso caso especialmente). É o que estabelece, afinal de contas, o Tratado entre o MCE e os africanos. Um exemplo frisante dessa desigualdade de tratamento é dado pela Itália, a França e a Alemanha, que são os principais compradores de nossa rubiácea no MCE. Cobram êles, atualmente, uma taxa de

importação do produto que corresponde a um *ad-valorem* da ordem de até 85%. Dentro dessa desenfreada desigualdade, onde um grupo vê pouco a pouco perder-se um fabuloso mercado consumidor, procura-se uma solução e ela parece se encontrar em uma outra fórmula de reação. De outro modo, como competir com os africanos, que em 1967 não terão mais suas exportações similares taxadas com impôsto algum, por parte dos seis países do MCE? Essa reação naturalmente, se aplica aos demais países exportadores da América Latina.

Diante de todos êsses fatos cabe portanto a nós, latino-americanos, acabar com o excesso de burocratização da ALALC. Dinamizar a sua estrutura. Apenas alguns esforços esporádicos longe estão de representar uma integração econômica. É preciso que haja uma integração econômica. É preciso que haja uma reação e para ela seja mesmo efetiva, é imperioso que a ALALC se expurgue do lirismo e do pouco sentido prático de que está embuída. Em suma: torna-se imprescindível que os latino-americanos entendam que a ALALC não deve existir apenas para ser saudada como eterno embrião de um futuro — e então poderosíssimo, como se afirma — Mercado Comum Latino-Americano. Em relação à atitude do MCE protegendo os africanos em detrimento da América Latina, cumpre que parta da ALALC a reação, aliás a única reação plausível: criar, também, dificuldades alfandegárias para os produtos europeus, usando, talvez em caráter pioneiro, a nosso favor, a tese de que a *recíproca aqui entre nós também é verdadeira.* Ficam entretanto o acôrdo entre o MCE e os africanos, a deterioração das exportações dos países subdesenvolvidos e a importância do comércio exterior para êsses países, os problemas sócio-econômicos que dia a dia se agravam em decorrência do elevado índice de crescimento demográfico, a necessidade, enfim, de a América Latina se desenvolver como medida de sobrevivência, como sérias advertências de que a ALALC deve ser fortalecida, para que os interêsses do bloco latino-americano, um importante mercado, sejam respeitados. Diante dos fatos, sòmente resta uma saída aos países latino-americanos, caso êsses países estejam realmente interessados em sair da condição dramática de subdesenvolvidos: é a criação de um bloco regional atuante.

☆

☆

Lembre-se:

EM SETEMBRO

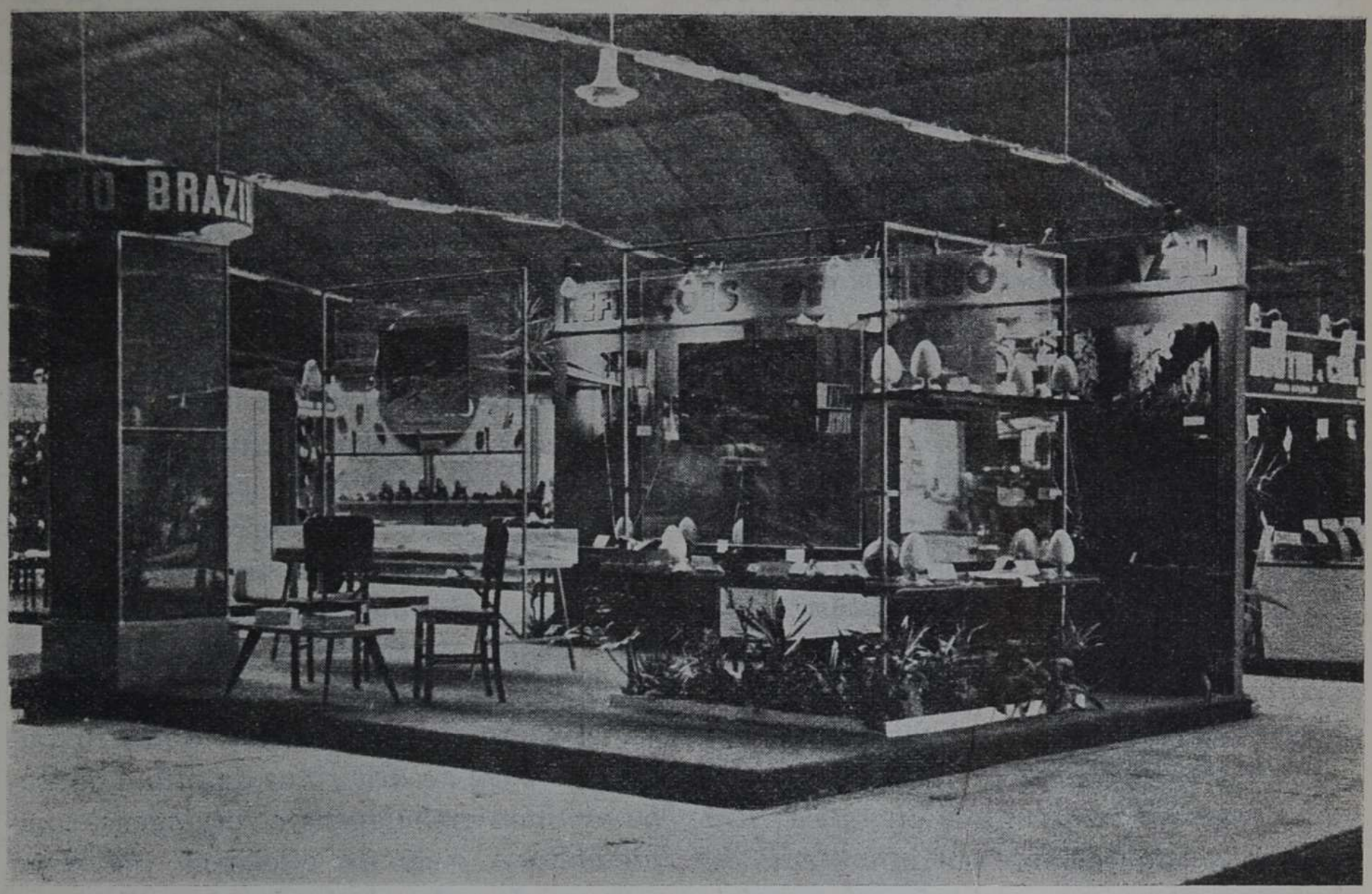
A

III

CONVENÇÃO NACIONAL

DE CURTIDORES

Recife



Milho Presente na Feira Nacional de Artefatos de Couro

Ainda repercute o êxito da I Feira Nacional de Artefatos de Couro, realizada no Ibirapuera, São Paulo. O milho, que participa atualmente dos principais setores industriais, não podia faltar à explêndida mostra. E fêz-se presente através de um "stand" de Refinações de Milho, Brazil, emprêsa que há mais de trinta anos extrai do valioso cereal os mais diversos produtos para fins industriais e alimentícios.

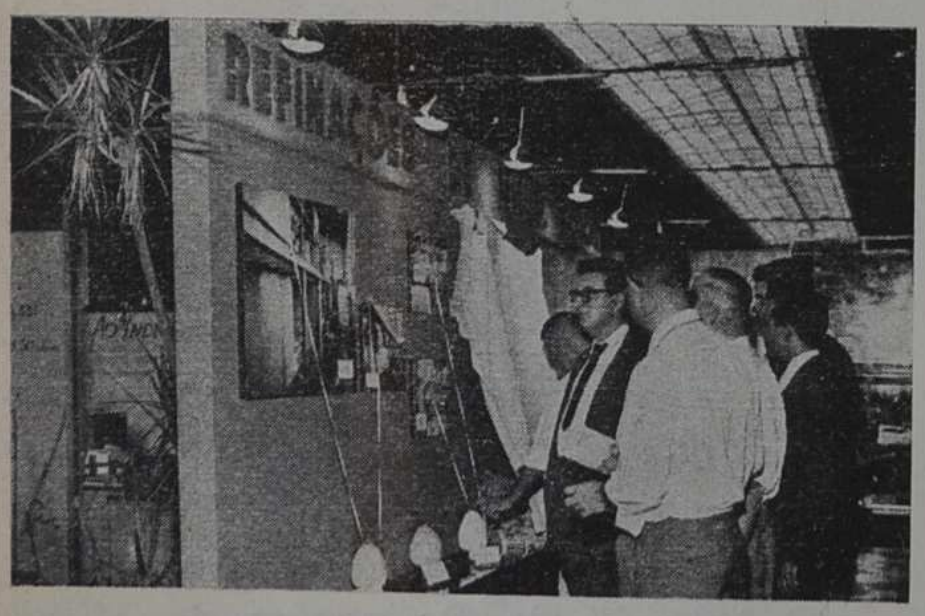
O "stand" de Refinações de Milho,

Brazil concentrou as atenções gerais. Pela primeira vez se demonstrava, de maneira atraente e minuciosa, a importante atuação dos derivados de milho na indústria do couro. Para isso, além dos detalhes funcionais do "stand", demonstradores especialmente treinados orientavam os visitantes para melhor compreensão dos produtos expostos.

Glucose, Dextrinas e Colas

A exposição promovida por Refinações de Milho, Brazil atestou, antes de tudo, que o emprêgo dos derivados de milho é pràticamente obrigatório na indústria do couro e na confecção de calçados. Tanto por uma questão de qualidade como sob o aspecto lucrativo. E isso se explica.

Em primeiro lugar, a experiência daquela emprêsa no assunto é dinâmica. Renova-se constantemente por interméáio de rigorosas pesquisas, que não só aperfeiçoam os derivados de milho como diversificam seus usos. Conjugam-se, assim, laboratórios e Departamento Técnico para resolver inúmeros problemas de nosso parque industrial. No campo específico da indústria do couro, os derivados de milho estão presentes em tôdas as fases operacionais, desde a de curtume até o momento em que o produto manufaturado chega às mãos do consumidor.



É o caso da Glucose Industrial, que dá ao couro maior textura, corpo, flexibilidade e maciez.

As Dextrinas de milho, como ocorre em quase tôdas as indústrias, encontram vasta aplicação. Aglomerantes e adesivos eficientes e econômicos, as Dextrinas têm uma gama de utilizações que seria supérfluo enumerar aqui, influindo também na redução dos custos industriais.

Finalmente, as Colas Preparadas de Refinações de Milho, Brazil, resolvem os múltiplos problemas de colagem industrial. Haja vista, na fabricação de calçados, a eficácia com que são usadas na colagem de palmilhas, biqueiras, contrafortes, "almas metálicas" e solas finas para sandálias.

A faixa de utilidade das Colas Preparadas à base de dextrinas de milho abrange também embalagens e rotulagens, completando o ciclo de eficiência industrial assegurado pelos derivados de milho.

Progresso à Base de Milho

De tudo se conclui que foi imensa a evolução verificada no aproveitamento do milho. Hoje, está presente em pràticamente todos os ramos industriais.

Pioneira e definitiva é a atuação de Refinações de Milho, Brazil no desenvolvimento de nosso parque manufatureiro. Em sua fábrica de Anastácio e, muito brevemente, também na nova fábrica em Mogi-Guaçu, a emprêsa aproveita cada vez mais intensamente a extraordinária utilidade do "rei dos cereais". Com isso, simultâneamente promove a crescente valorização de importante parte de nossa agricultura.

A exemplo da vitoriosa Feira Nacional do Couro, também em outras iniciativas do gênero Refinações de Milho, Brazil estará presente. Porque, quando se trata de progresso e utilidade coletiva, o milho está sempre presente.

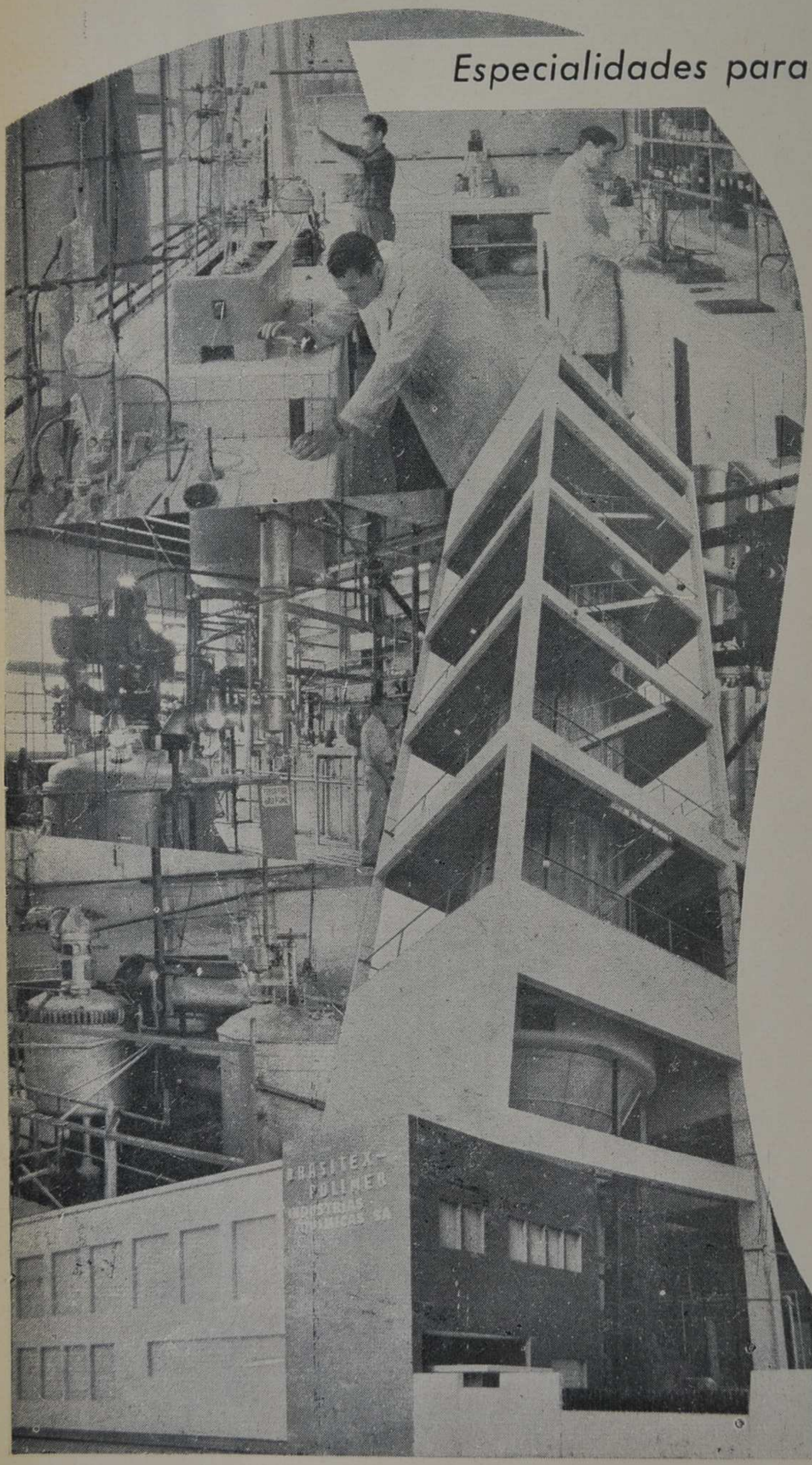
BRASITEX · POLIMER

INDÚSTRIAS QUÍMICAS S/A

Rua Marconi, 124 - 4.º and.
Fone 37-7195 - Teleg.: SABRASITEX
C. Postal, 8108 - São Paulo

Fábricas: Rua Baraldi, 390-414
Rua São Jorge, 230
São Caetano do Sul

Especialidades para cortumes



PURGAS

•

TANINOS SINTÉTICOS

•

ÓLEOS ESPECIAIS

•

RESINAS ACRÍLICAS
Polycos

•

TINTAS POLYCO
Suspensões de pigmentos em Resinas Sintéticas

•

TINTAS DE ACABAMENTO
À base de água e nitrocelulose, Lacas, Thinners.

•

LUSTROS
Aqualac,
Polyco Top

BRASITEX-POLIMER